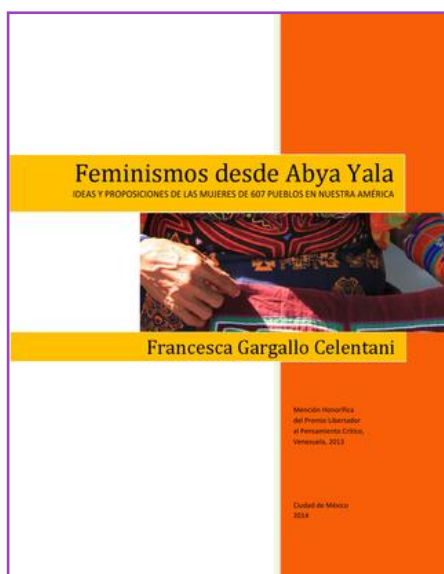




RESENHAS

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América.** Cidade do México: Editorial Corte y Confección, 2014. 270 p.

Valentina Paz Bascur MOLINA, *Universidade Federal da Bahia*



O livro “*Feminismos desde Abya Yala¹: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*” da filósofa e pesquisadora feminista Francesca Gargallo, é o resultado de uma extensa investigação realizada pela autora a partir dos encontros e diálogos estabelecidos com mulheres indígenas de diversos povos da América Latina. Esta obra traz uma série de indagações e questionamentos sobre a possibilidade de um feminismo indígena na América Latina, pensado e construído pelas próprias mulheres no marco das suas concepções específicas.

É importante começar esta resenha apresentando a autora, já que é possível visualizar os seus posicionamentos, assinalando as contradições que a habitam, tratando-se de uma pesquisadora branca, de origem italiano cuja área de formação tem sido sobre os Estudos Latino-americanos no México. Ela ressalta que a sua principal forma de acesso ao conhecimento tem sido através da academia, o que gerou uma série de conflitos, distâncias e tensões na hora de estabelecer um diálogo com mulheres indígenas e tentar se aproximar e compreender as suas formas de conhecimento para depois transmiti-las neste livro.

¹ *Abya Yala*: Denominação outorgada pelo povo *Kuna* ao continente americano.

Hoje considero que a maior dificuldade está na minha formação como filósofa acadêmica e como ativista feminista urbana, que me limita para entender totalmente as formas e transformações das relações entre mulheres e homens de povos que estão fortalecendo a sua identidade na luta pelo território e a sua riqueza cultural (GARGALLO, 2015. P. 47)².

A principal inquietação que guia a construção argumentativa desta obra é pensar na possibilidade da existência de pensamentos feministas não ocidentais, definido pela autora como uma pergunta filosófica. Com isto ela quer propor pensar nos feminismos que não possuem uma base Moderna Ocidental, e que podem ser reconhecidos a partir de outras modernidades, que surgiram desde os movimentos de resistência indígena e contra insurgentes, ou, definido por autores latino-americanos como modernidades coexistentes. As mulheres indígenas formulam as suas próprias formas de libertação à margem dos grandes projetos institucionais que reduzem ao movimento feminista dentro de uma modernidade emancipada, constituída por bases capitalistas, de hegemonias patriarcais e raciais. Refletir sobre as modernidades coexistentes nos leva à indagações sobre o colonialismo como elemento constitutivo da modernidade ocidental, e os processos de resistência como parte das construção de outras modernidades. A invasão colonial significou uma interrupção no devir histórico dos povos da América Latina.

Porém, é preciso destacar que mesmo antes da invasão colonial, as mulheres reconhecem na sua memória coletiva a existência de relações desiguais nas configurações sociais dos povos originários. A imposição de uma nova configuração de hierarquias de gênero que trouxe a colonização veio tensionar e radicalizar estas desigualdades, submetendo também aos homens, mas em detrimento das mulheres. É o que as feministas comunitárias definem como *entronque patriarcal*.

O livro está composto por quatro capítulos onde são apresentados em primeira instância os dilemas epistemológicos frente aos quais a autora desenvolve críticas ao sistema de conhecimento ocidental, que atua em detrimento da produção de outros conhecimentos

² Tradução própria: “Hoy considero que la mayor dificultad está en mi formación como filósofa académica y como activista feminista urbana, que me limita para entender a cabalidad las formas y las transformaciones de las relaciones entre mujeres y hombres de pueblos que están fortaleciendo su identidad en la lucha por el territorio y su riqueza cultural” (GARGALLO, 2015. P. 47).

e saberes provenientes de outras formas em que os povos indígenas configuram a sua realidade. Estes dilemas podem ser apreciados no primeiro capítulo chamado “*Rutas epistémicas de acercamiento a los feminismos y antifeminismos de las intelectuales indígenas contemporáneas*”.

Este capítulo nos leva a refletir sobre os locais onde produzimos o conhecimento e desde onde as mulheres indígenas constroem o seu pensamento feminista, cujas bases nem sempre estão de acordo com as estruturas ocidentais de formação do conhecimento, assim como estas deslegitimam as outras possibilidades, dificultando um diálogo de saberes. Em muitas ocasiões a pesquisadora se deparou com manifestações de conhecimento que eram reconhecidas pelas mulheres como construções coletivas, por tanto, reconheceu uma noção de sujeitos coletivos, baseados nas relações comunitárias que prevalecem diante de decisões e transmissão de saberes, explicado pelos *tojolabales*³ como “(...) um sujeito não essencialista, em devir, que se postula desde a interdependência entre pessoas-sujeitos que fazem realidade uma comunidade”⁴ (GARGALLO, 2015. P.70).

Nesta estrutura ocidental de conhecimento é que as intelectuais indígenas devem lidar com uma série de dilemas, já que ao ter acesso à academia, sofrem racismo e discriminação nos espaços institucionais, assim como são olhadas com desconfiança dentro das suas comunidades. Elas encontram-se numa sorte de ‘dentro e fora’ da academia ocidental e do entorno comunitário.

Já no segundo capítulo “*Formas, líneas e ideas de los feminismos indígenas*”, a autora realiza algumas distinções sobre como as mulheres indígenas se reconhecem no feminismo. Algumas se identificam abertamente como feministas, assim como outras o renegam por ser uma categoria branca, distante dos seus contextos. Para além dessas distinções as mulheres indígenas se identificam com um processo comum na luta pela melhoria das suas condições de vida, ou frente a necessidade de construir uma boa vida tanto para as mulheres como para as suas comunidades.

³ *Tojolabales*: Povo indígena localizado na área de Chiapas, México.

⁴ Tradução própria: “un sujeto no esencialista, en devenir, que se postula desde la interdependencia entre personas-sujetos que hacen realidad una comunidad” (GARGALLO, 2015. P.70).

As mulheres de *Abya Yala* constroem modernidades alternativas ao colonialismo europeu e à vitimização de colonizadas as quais são relegadas pelas feministas brancas. Seus feminismos tecem respostas aos patriarcados que não são necessariamente individualistas, onde o coletivo e o pessoal não se dissociam (GARGALLO, 2015. P 51).⁵

Gargallo distingue ao menos quatro linhas de pensamento feminista indígena: (1) mulheres indígenas que trabalham em prol de uma boa vida para as mulheres da sua comunidade, segundo a sua própria cultura, e que reivindicam relações de solidariedade com os homens da comunidade. (2) Mulheres indígenas que não se identificam com o feminismo pois acreditam que provêm de uma visão branca e urbana que configura uma realidade alheia e distante com a delas. (3) Indígenas que estabelecem diálogos possíveis com o feminismo branco, reconhecem as suas contribuições a respeito da luta pelos direitos das mulheres. (4) Mulheres indígenas que se identificam com o feminismo como um movimento autônomo e dialogam de maneira crítica com as outras correntes feministas, sejam brancas ou não. É o caso do Feminismo Comunitário na Guatemala e na Bolívia.

O capítulo terceiro está dedicado ao desenvolvimento das ideias dos Feminismos Comunitários: o caso das mulheres *xinka* na Guatemala, e o caso da Assembleia Feminista na Bolívia. As feministas *xinkas* reconhecem no feminismo um instrumento de luta contra o sistema colonial, racista, neoliberal e patriarcal, assim como não concebem ele como um produto acadêmico senão como uma forma de viver. Parte da sua ação política são as assembleias dentro das comunidades. O caso do Feminismo Comunitário na Bolívia origina-se nos movimentos indígenas dos anos 2000 que se resistiram às reformas neoliberais do país, em defesa dos recursos naturais como o gás e a água.

Este movimento surge a partir da necessidade de se envolver no processo de grandes mudanças experimentadas pelo país a respeito das autonomias indígenas. As feministas comunitárias expressam que são a metade de cada povo, e querem construir um feminismo que permita viver uma boa vida dentro dos preceitos de cada cultura. Baseiam a sua proposta política a partir da realização de assembleias com mulheres indígenas de movimentos de base, e acreditam que para realizar uma

5 Tradução própria: “Las mujeres de Abya Yala construyen modernidades alternativas al colonialismo europeo y la victimización de las colonizadas a las que las relegan las feministas blancas. Sus feminismos, tejen respuestas a los patriarcados que no son necesariamente individualistas, donde lo colectivo y lo personal no se disocian” (GARGALLO, 2015. P 51).

mudança total na configuração social boliviana é preciso descolonizar as estruturas para logo despatriarcalizá-las.

Esta proposta é desenvolvida pela autora no quarto e último capítulo denominado “*¿Qué hay entre las movilizaciones indígenas y el feminismo? Una reflexión sin conclusiones posibles sobre prácticas y estéticas para liberarnos juntas del colonialismo patriarcal vigente*”, que procura questionar se é possível um processo de despatriarcalização das estruturas quando ainda possuem um caráter colonial. Isto está atrelado ao racismo e sexismo constitutivo nas sociedades latino-americanas, onde a história dos povos indígenas tem sido apagada e negada. A autora assinala que “(...) o resgate da memória das mulheres dos povos originários é a base da construção do saber não colonizado” (GARGALLO, 2015. P. 199)⁶.

Por tanto, a luta contra o racismo deveria ser pauta e frente de luta para os feminismos latino-americanos, e a autora enxerga ao Feminismo Comunitário como um dos caminhos possíveis para a despatriarcalização. Também se estabelecem algumas vinculações entre o feminismo e o movimento indígena, já que a sua configuração “(...) é fundamentalmente mixta e reivindicam a comunidade como organização socio-afetiva que cria vínculos de reciprocidade” (GARGALLO, 2015. p. 202)⁷.

Cabe destacar que no decorrer do texto é possível reconhecer os embates e contradições aos que a autora se enfrenta na hora de refletir sobre os próprios privilégios de mulher branca com acesso à educação formal e com certo status dentro da estrutura acadêmica. Exercício que se torna indispensável na pesquisa feminista e nas reflexões relativas ao trabalho com mulheres indígenas, que convida a revisar pautas, padrões e visões que devem ser incorporadas e criticadas. Gargallo acredita que a luta antirracista deve ser responsabilidade de todos para a libertação dos povos de *Abya Yala*, “(...) um ato político-vital que leva uma ação consciente e voluntária para desnaturalizar uma construção ideológica repressiva” (GARGALLO, 2015. P. 229)⁸.

6 Tradução própria: “El rescate de la memoria de las mujeres de los pueblos originarios es la base de la construcción del saber no colonizado” (GARGALLO, 2015. P. 199).

7 Tradução própria: “(...) son fundamentalmente mixtos y reivindican la comunidad como organización socio-afectiva que crea vínculos de reciprocidad” (GARGALLO, 2015. P. 202).

8 Tradução própria: “Un acto político-vital que conlleva una acción consciente y voluntaria para desnaturalizar una construcción ideológica represiva” (GARGALLO, 2015. P. 229).

A leitura desta obra traz também novas propostas epistemológicas e metodológicas, já que tem significado uma constante provocação para descolonizar o pensamento feminista, quer dizer, para repensar os métodos e práticas dentro do feminismo acadêmico, assim como nos movimentos feministas institucionalizados, questionando até que ponto o diálogo com as mulheres implica uma escuta atenta e total do que elas têm a dizer sobre as suas próprias formas de libertação.